

[343]

CONTEXTOS E REPRESENTAÇÕES DOS AVÓS: ESTUDO DE CASO

Maria de Fátima Pires e Carlos Meireles-Coelho
Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, Aveiro

[Resumo] O fenómeno do envelhecimento cresceu exponencialmente nas sociedades de estado providência ou de bem-estar, em que a idade da reforma não acompanhou a subida da esperança de vida e o estreitamento das bases das pirâmides de idades. Verifica-se que a solidariedade social para reformas tão longas carece de sustentabilidade, tornando-se o envelhecimento um fenómeno pertinente e preocupante. Apesar do aumento da longevidade e das relações intergeracionais, o lugar dos avós nas novas configurações familiares coloca desafios e põe problemas ainda sem respostas adequadas. Num estudo de caso, analisa-se a presença e o papel dos avós nas famílias e fora delas.

Introdução

Era no espaço familiar que se construíam laços de solidariedade e identidades, que se teciam vínculos e relações e se desenvolviam competências emocionais e sociais. Era em contexto familiar que a coexistência de três, quatro ou mais gerações surgia como um fator de enriquecimento pela possibilidade do aumento da convivência e das trocas intergeracionais, em que os avós constituíam o elo de ligação da família alargada. Contudo, o fenómeno crescente da urbanização tem ajudado a pulverização de famílias nucleares em contextos de profundas mudanças fazendo emergir novos papéis e novos desafios. Hoje, muitos idosos vivem isolados ou institucionalizados sem família. Outros mantêm-se no local das suas raízes, mas na sociedade global da informação conseguem interagir com a família e os amigos, à distância, através de uma ligação pela *Internet*.

A presença dos avós seria hoje mais provável devido ao aumento da longevidade e ao abaixamento da idade da reforma, no entanto a generalização da família nuclear, imposta por um urbanismo de T1 e de T2, tornou insuportável a presença permanente dos avós no quadro familiar. Apesar disso, ainda há avós que são chamados a estar presentes para, com a sua disponibilidade e tempo, experiência e sabedoria, tolerância e discrição, ajudarem os filhos e os netos a construir personalidades autónomas e responsáveis, participativas e solidárias, criativas e tolerantes, reconhecendo (o que por vezes os pais ainda não conseguem) o direito a errar para aprenderem melhor e aceitando a pluralidade de opções (UNESCO, 1978).

Contrariamente à visão catastrofista que questiona os valores da família e veicula, através da comunicação social, as realidades familiares mais sombrias, neste trabalho ousa-se adotar a noção de família simplesmente como é adotada no art. 16.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: «A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado». Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros constitui um dos maiores desafios da educação. A todos os educadores cabe fornecer «a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado, e ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele» (Delors, 1996).

1. O fenómeno do envelhecimento

Conforme dados do INE (2002), o envelhecimento da população portuguesa tem vindo a acentuar-se enquadrando-se no padrão da média comunitária. A conjugação da diminuição da taxa de natalidade com a diminuição da taxa de mortalidade e o consequente aumento da esperança média de vida têm provocado o crescente aumento do número da população com mais de 65 anos de vida quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento.

Em Portugal, segundo Carrilho e Patrício (2004), a proporção de pessoas com 65 ou mais anos de idade duplicou, num período de quarenta anos, passando de 8% em 1960, para 11% em 1981, 14% em 1991 e 16% em 2001. De acordo com os Censos de 1991 e de 2001 (Carrilho, Patrício, 2004), o grupo de idosos com 65-74 anos aumentou 22%;

o grupo de 75-84 anos, 26%; o de 85 ou mais anos, 66%. Estes dados mostram que é o grupo dos mais velhos que mais aumenta, na população idosa. Prevê-se assim que a proporção da população idosa em Portugal volte a duplicar, nos próximos 40 anos, vindo a representar, em 2050, 32% do total da população. Simultaneamente Portugal assistiu a um aumento da esperança de vida de cerca de 11 anos para os homens e de cerca de 13 para as mulheres. Hoje, a esperança de vida à nascença é de 81,8 anos para as mulheres e de 75,8 anos para os homens, segundo dados do INE.

O lema da Gerontological Society of America, nos anos cinquenta, *Acrescentar vida aos anos e não apenas anos à vida* revela-se pertinente, alertando para a necessidade de saber e poder viver esse suplemento de vida. Um envelhecimento satisfatório e a vivência de uma reforma gratificante dependem de fatores como o bem-estar e a saúde, o auferir de uma pensão condigna, o estado civil, as relações sociais e familiares e a própria personalidade. Contudo, aqueles que veem as suas alternativas de vida reduzidas e, por conseguinte, não podem envelhecer bem não devem ser esquecidos. Sendo assim, e atendendo às previsões da Organização Mundial de Saúde que calcula que a população com 60 anos ou mais atingirá os 2000 milhões em 2050, é necessário preparar a sociedade e os serviços de saúde para responderem às suas necessidades.

1.1 A idade de reforma

A reforma representa um marco importante na vida da maioria das pessoas, uma vez que pressupõe uma mudança significativa do padrão de atividades, da utilização do tempo e, para muitos, do local de residência. Assim, alguns reformados podem manter-se ativos no seio das famílias e das comunidades em que estão inseridos; outros dedicam o seu tempo à assistência à família quer cuidando de um familiar mais velho (o pai ou a mãe, em idade avançada), quer ajudando os filhos a tomar conta dos netos; outros ainda mudam de local de residência, desenvolvem novos interesses, iniciando até uma segunda ou terceira carreira. Para uns, a reforma pode significar segurança económica, relaxamento e um vigor renovado; no entanto, para outros, principalmente para aqueles cuja fonte de rendimento é

reduzida, a reforma pode ter um efeito prejudicial, tanto na saúde como no estilo de vida.

A tendência demográfica atual tenderá a colocar em risco a sustentabilidade económica dos sistemas sociais e terá repercussões sobre o sistema de saúde. Ao nível da segurança social, o desequilíbrio verificado entre a população ativa e a população dependente (em termos contributivos) causa graves dificuldades ao sistema. É, por isso, necessário que as diversas sociedades garantam o enquadramento adequado de pessoas com uma longevidade cada vez maior, através da fixação de valores de pensões mais equilibrados, sem colocar em causa a sustentabilidade social e económica duma sociedade global cada vez mais envelhecida (Oliveira, 2007).

1.2 Quarta idade: da perda da autonomia à dependência e cuidado permanente

O envelhecimento populacional acarreta uma variedade enorme de implicações de ordem económica, política e social. Na área da saúde, por exemplo, as consequências deste fenómeno fazem-se sentir rápida e objetivamente exigindo uma pronta resposta dos serviços médicos e sociais uma vez que os idosos têm, de facto, necessidades médicas e sociais diferenciadas e tendem a utilizar os serviços e equipamentos de saúde de forma mais intensiva (Brito, Ramos, 2000). Nesta etapa da velhice, de acordo com Baltes e Silverberg (1995), o idoso encara inicialmente, o aumento das perdas físicas e da incapacidade biológica; de seguida, experiencia a acumulação de pressões e perdas sociais e, por último, tem de adaptar-se à ideia da escassez de tempo de vida.

A dependência é encarada, segundo Sousa e Figueiredo (2003), enquanto «incapacidade do indivíduo para se bastar a si próprio necessitando da ajuda de outro(s) para alcançar um nível aceitável de satisfação das suas necessidades». A dependência que os idosos entre os 65 e os 74 anos de idade vivem é, geralmente, uma dependência estruturada (que resulta da perda do emprego ou reforma). A partir dos 74 anos de idade, a probabilidade do idoso vir a experimentar dependência funcional é maior, uma vez que a deficiência e/ou incapacidade também aumentam,

potenciando a necessidade de auxílio de terceiros na execução de determinadas tarefas (Sousa, Figueiredo, 2003).

Face à necessidade do cuidado que o idoso apresenta, e tendo em conta que nem sempre a família consegue garantir esse cuidado, a disponibilidade de resposta varia entre serviços comunitários, destinados aos indivíduos que apresentam ainda algum grau de autonomia, nomeadamente, os serviços de apoio domiciliário (SAD) e os serviços associados à institucionalização, dirigindo-se a indivíduos em situação de grande dependência e insuficiente ou ausente suporte familiar (Oliveira, 2007). A resposta às diferentes necessidades dos idosos tem sido dada pelas instituições particulares de solidariedade social - IPSS - ou pelas casas do povo ou cooperativas equiparadas.

Se considerarmos que a institucionalização é a solução mais adequada para muitos idosos dependentes, parece importante que as instituições de apoio e cuidado aos idosos estejam dotadas de equipamentos, processos e mecanismos de prestação de serviços apoiados nas TIC de modo a aumentar a quantidade, o valor e a qualidade dos serviços prestados. As TIC podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e para a promoção de uma vida mais saudável, ativa e autónoma, por mais tempo, podendo ajudar a solucionar problemas do quotidiano (Wintlev-Jensen, 2009).

2. Transformações recentes na vida familiar

Em Portugal, os comportamentos familiares têm vindo a sofrer, nas últimas décadas, rápidas e profundas alterações. Mais tardia e abruptamente do que na maioria dos países europeus, as mudanças no campo familiar são tão significativas que a família apresenta hoje contornos diferentes de há trinta ou quarenta anos atrás. Estas transformações podem ser explicadas pela conjugação de um conjunto de diversos fatores, nomeadamente o aumento da esperança de vida, a queda acentuada da fecundidade, a generalização e o aumento da eficácia da contraceção, a diminuição do número de filhos por casal e da dimensão média das famílias, o adiamento da idade do nascimento do primeiro filho, a maior escolarização

dos jovens, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a crescente instabilidade das relações conjugais, o aumento significativo das taxas de divórcio, o aumento do número de pessoas a viverem sós, das famílias monoparentais e dos casais sem filhos, entre outros (Leite, 2003).

As transformações verificadas no seio da estrutura familiar contribuem e continuarão a contribuir para o surgimento de novas tipologias de família, com novos elementos e diferentes relações de parentesco (nomeadamente os meios-irmãos, os padrastos, os *avodrstos*, entre outros). Alarcão (2006) elenca como novas configurações familiares as famílias reconstituídas, as famílias monoparentais, as famílias adotivas, as famílias homossexuais e as famílias comunitárias; equaciona ainda a probabilidade de virem a existir novas configurações familiares daqui a alguns anos.

2.1 Relações intergeracionais

A significativa descida da taxa de mortalidade e a diminuição da taxa de natalidade estão também na base das mudanças verificadas na duração dos papéis e relações que se podem desempenhar na família. Segundo Harper (2006), as famílias têm hoje mais probabilidades de abarcar várias gerações, havendo mais ligações verticais do que horizontais e passando-se mais tempo a desempenhar papéis intergeracionais do que antes. À medida que aumenta o número de avós e bisavós, diminuem os irmãos, tios e primos (Royo, 2000). A família nuclear terá de «aprender a lidar com o envelhecimento, numa articulação permanente entre independência e dependência, primeiro com as gerações mais idosas e, depois, consigo própria» (Alarcão, 2006).

Na relação entre pais e filhos, a tarefa que os pais enfrentam é difícil, na medida em que dar apoio e cuidados adequados aos filhos é uma responsabilidade exigente. A função dos pais é, para muitos, uma sucessão de êxitos e fracassos sob numerosas pressões: a ansiedade perante a responsabilidade de educar bem os seus filhos, o medo de errar, a vontade de proteger os seus filhos de eventuais perigos e as exigências do mundo do trabalho e da vida quotidiana.

Contrariamente, na relação avós-netos, o papel dos avós é visto como uma *profissão a tempo parcial* (Clarke, Roberts, 2004). Hoje, os avós vivem mais anos, são mais saudáveis, têm mais poder económico, mais educação e formação. Podem, eventualmente, acompanhar o crescimento dos netos e aproveitar uma relação que não é complicada por responsabilidades, obrigações e conflitos, como acontece entre pais e filhos (Sousa, Figueiredo, Cerqueira, 2006).

Os avós podem estar mais presentes ou mais ausentes, ter papéis relevantes ou não na educação dos netos, tendo em conta as novas configurações familiares. Não devem, contudo, ter a ilusão de que os netos são uma espécie de renovação da sua maternidade/paternidade, como se o tempo lhes desse uma nova oportunidade. Os avós deverão ter a consciência de que cada neto é uma realidade diferente dos seus filhos; assim, a sua participação deverá ser discreta, respondendo aos pedidos mais com sugestões do que com saberes absolutos, a fim de evitar conflitos e desavenças familiares.

2.2 Papéis, funções e estilos dos avós

A partir da década de 1960, a temática dos avós passa a ser encarada sob uma nova perspectiva, mais positiva, devido a uma mudança nos estereótipos e papéis tradicionais dos avós: estes deixam de ser vistos como velhos e frágeis, sentados em cadeiras de baloiço, a contar histórias aos netos (Queirós, 2005), passando a ter um papel cada vez mais crescente na socialização das crianças e na prestação de cuidados.

Os papéis dos avós podem assumir diferentes formas, tendo Neugarten e Weinstein (1968) distinguido cinco estilos, nomeadamente o lúdico, no qual predominam a valorização da brincadeira, da satisfação e prazer mútuos e as atividades informais; o formal, em que há uma definição clara de papéis, nomeadamente em relação aos pais e adoção de comportamentos convencionais segundo as representações que têm do papel dos avós; o autoritário, colocando quer os netos, quer os pais dos netos numa situação de subordinação; o distante, havendo contactos reduzidos com os netos e apenas ocasionalmente, por exemplo, em aniversários e festas; e o substitutivo, caracterizando os avós

que tendem a assumir os cuidados e as responsabilidades educativas na ausência ou incapacidade dos pais.

Kornhaber (1996), por seu turno, salienta os papéis dos avós mais apreciados pelos netos, como sendo o de historiador da família (estabelecendo a ligação dos netos com o passado); o de professor (ensinando o que sabe aos netos); o de mentor (estimulando a ambição e a imaginação); o de estudante (aprendendo coisas novas com os netos); o de apoio natural; o de parceiro (assumindo o papel de secreto, mas inofensivo, conspirador); o de génio (satisfazendo os desejos dos netos); o de herói (mostrando coragem e força); o de modelo (modelando atitudes, comportamentos e opiniões); o de feiticeiro (sendo o contraponto mágico da realidade diária) e o de guia espiritual. Independentemente destes papéis e estilos, Kivnick (1982) salienta algumas funções educativas dos avós, como sejam as de assegurar a continuidade e os laços de filiação; de transmitir conhecimentos; de acarinhar/mimar a criança e promover o seu desenvolvimento; de guardar a memória e favorecer a transmissão das tradições e valores familiares, educativos e culturais.

Fatores como a idade (quer dos netos, quer dos avós); a proximidade geográfica; o género; o estado civil e a situação de emprego dos avós influenciam a extensão e a natureza dos contactos intergeracionais (Clarke Roberts, 2004). Os avós com pouca saúde são, por norma, mais formais; os avós mais novos e com mais saúde são mais divertidos e os avós que vivem mais longe tendem a assumir um estilo mais distante (Sousa, 2006).

Assim como a idade influencia a relação avós-netos, também o género é determinante, justificando a tendência das avós, mais do que os avôs, para se relacionarem com os netos, mais particularmente com as netas. Dada a maior identificação das mulheres com a família, o sistema de cuidado familiar é construído, tradicionalmente, à volta da mulher: a mãe, a filha e a neta. A unidade e a predominância das mulheres nos assuntos de parentesco são reforçadas pelo facto dos cônjuges morrerem, geralmente, antes das esposas. Segundo Royo (2000), o aumento da longevidade permite às pessoas (principalmente às mulheres, uma vez que vivem mais) esperar viver mais tempo como filhos/filhas; além disso, podem vir a conhecer os seus

netos e a acompanhar o seu crescimento na infância, adolescência, juventude e até na idade adulta, como mães e pais. Assim, podem vir a exercer o papel de avós durante metade da sua vida.

3. Presença e papel dos avós nas famílias: um caso

Utilizou-se uma metodologia de estudo de caso com recurso a questionário. Os questionários foram aplicados a um grupo de alunos e respetivos pais e mães, provenientes de três escolas do concelho de Águeda, tendo respondido 293 mães, 260 pais e 300 filhos. Dos 300 alunos, a maioria (84,3%) é oriunda de famílias nucleares e 15,7% de famílias monoparentais. Nestas, as questões do inquérito não se aplicam a 7 das mães e a 40 dos pais inquiridos, dada a sua ausência.

Relativamente ao convívio com os avós, verificou-se que 57,3% dos alunos convivem mais com os avós maternos, encontrando-se as percentagens de convívio com os avós maternos acima dos 50% em todas as faixas etárias. Verificou-se ainda que tanto nas famílias nucleares, como nas monoparentais o convívio com os avós maternos é preponderante. Quanto à frequência com que os alunos estão com os avós, verificou-se que, no caso dos avós maternos, 38,3% convive com eles todos os dias e 30% fá-lo uma vez por semana. Há ainda os que convivem com os avós apenas nas férias. Relativamente aos avós paternos, o convívio diário é menos frequente.

Constatou-se que os avós maternos bem como os paternos continuam presentes na vida dos netos, mesmo vivendo em localidades diferentes, verificando-se que esta presença é mais incidente na vida dos netos mais jovens. Verificou-se também que os avós estão presentes em apenas 15,7% das famílias, estando ausentes na grande maioria destas. Nos agregados familiares de 4,7% dos alunos verificou-se a presença de outras pessoas: madrastas, padrastos, filhos dos padrastos, tios e primos.

Da amostra das mães, 63,3% afirmou que era com os avós maternos que convivia mais, prevalecendo o contacto diário, e 60,3% afirmou viver na mesma localidade dos avós maternos. Nas respostas dos pais verificou-se novamente uma maior incidência na convivência com os avós maternos, constatando-se que eram estes que viviam, maioritariamente, na

mesma localidade dos pais, convivendo com eles todos os dias.

Alunos, mães e pais elencaram as atividades realizadas com os avós: para os primeiros, à atividade de conversar seguem-se-lhe as atividades de tomar refeições, contar histórias de antigamente e, finalmente, jogar/brincar; mães e pais, por seu turno, privilegiaram a atividade de contar histórias de antigamente, em detrimento da de tomar refeições. Verificou-se que a atividade que todos os inquiridos mais associam aos avós é a atividade de conversar: alunos, mães e pais foram unânimes ao afirmá-lo. Houve ainda alunos que referiram outras atividades realizadas com os avós, principalmente com as avós: cozinhar, tratar do jardim, fazer roupas para as bonecas, ir à missa e dar mimo; com os avós, aprender a andar de trator e contar anedotas. As mães, por seu turno, afirmaram rezar, fazer trabalhos domésticos e dar mimo, com as avós maternas, associando a atividade de passear aos avós. Finalmente, um número reduzido de pais afirmou rezar e fazer trabalhos domésticos, com as avós maternas, e pescar e fazer trabalhos de carpintaria com os avós.

Concluiu-se que os avós continuam a ser vistos como uma mais-valia para a família, os apoios *naturais e fundamentais* a quem se recorre diariamente. A influência das mães prepondera na maior proximidade e presença dos avós maternos, quer nas famílias nucleares, quer nas monoparentais revelando que o convívio com os avós maternos, principalmente com as avós, prevalece na vida dos netos. O fator geográfico não parece influenciar a frequência de contactos.

Conclui-se que a passagem duma geração e as transformações verificadas na estrutura da família condicionam a opinião sobre os avós, que passaram de historiadores da família, na opinião dos pais, a apoios naturais, segundo os filhos. Curiosamente, o papel de parceiros das brincadeiras, tradicionalmente desempenhado pelos avós, foi o menos apontado por todos os inquiridos, o que permite concluir que as exigências do quotidiano atual suplantaram a tradição: avós e netos não têm tempo para brincar nem é isso que os pais pretendem pois o assegurar das refeições e a realização dos trabalhos de casa são mais urgentes. (Pires, 2010).

3.1 Avós em lares

A metodologia utilizada foi uma entrevista semi-estruturada, aplicada a 13 instituições de apoio e assistência a idosos do concelho de Águeda.

Verificou-se que, apesar de haver suporte familiar, o contacto entre a maioria dos idosos e a sua família (principalmente, os netos) não ocorre com a frequência desejada, sendo ainda insuficiente uma vez que, apesar de todos os idosos terem netos, as suas visitas são quase inexistentes. A maioria dos idosos vive na mesma localidade da sua família, verificando-se que os contactos com a família ocorrem ou na instituição ou em casa dos idosos. São os filhos dos idosos que mais os visitam, maioritariamente, uma vez por semana; há, no entanto, casos de instituições em que os idosos recebem a visita de familiares apenas uma vez por mês; outros recebem-nas só em datas festivas ou nas férias. Verificou-se que o incentivo à prática de atividades dinâmicas e divertidas é uma preocupação na maioria das instituições. O dia-a-dia do idoso não se limita ao desenvolvimento de atividades no interior da instituição; as saídas ao exterior são também muito frequentes nas instituições do concelho possibilitando aos idosos visitas a museus, locais de interesse cultural, feiras e exposições.

Apurou-se que as TIC não estão ainda firmadas na maioria das instituições do concelho nem à disposição dos idosos que, por não quererem, não poderem ou não saberem, ainda não as usam para contactar com os seus familiares, nomeadamente com os netos ou com elementos da família que vivem longe da instituição, de suas casas ou no estrangeiro. Verificou-se que alguns dos fatores que condicionam a utilização das TIC por parte dos idosos são o baixo nível de escolaridade destes e as limitações de espaço e escassez de equipamento.

Concluiu-se que os idosos institucionalizados ou aqueles que usufruem de outras respostas sociais recebem um atendimento cada vez mais personalizado podendo participar num conjunto de atividades dinâmicas e divertidas, em virtude da melhoria dos recursos humanos e da necessidade de respostas eficazes sujeitas a um controlo de qualidade; contudo, podem vir a perder o contacto com os netos/bisnetos. Seria do maior interesse que as instituições fossem dotadas de meios humanos e

materiais que despertassem nos idosos (que quisessem ou pudessem) a curiosidade e a vontade de enveredar pelos caminhos das TIC, para se relacionarem com a família e outros. (Pires, 2010).

Conclusão

A crescente urbanização e as transformações verificadas na estrutura familiar atual têm vindo a alterar a dimensão da família como lugar de encontro, convívio, partilha, afeto e cuidado entre gerações. Os avós ocupavam um lugar de destaque no seio da família; hoje, encontram-se fora dela, por questões de saúde, imposições de ordem geográfica ou condicionantes do agregado familiar. A conjuntura familiar atual tem também dificultado a conciliação entre a conquista e a manutenção de uma carreira bem sucedida e um bom desempenho parental. As políticas nacionais não parecem ser muito amigas das famílias, uma vez que as mulheres portuguesas trabalham fora de casa, cada vez mais, e em horários incompatíveis com as rotinas diárias dos filhos. No entanto, o estado social futuro terá de passar pelo apoio ao emprego-trabalho a tempo parcial para possibilitar os estudos prolongados aos jovens, a parentalidade às famílias, a desaceleração da vida ativa com meias reformas compatíveis com trabalho a meio-tempo.

É neste contexto que os avós são chamados a participar, na prestação de apoio e de ajuda aos filhos, contribuindo para o pleno desenvolvimento dos netos. Na linha da solidariedade intergeracional, espera-se que os avós estejam disponíveis para acudir e ajudar a resolver situações de ordem afetiva e económica, servir de suporte social face às exigências do mundo do trabalho e servir ainda de complemento para o exercício das funções dos pais, confirmando-se a preponderância do papel dos avós como apoios naturais. *Janelas abertas para o passado* (Sousa, 2006), os avós podem desempenhar na família uma função essencial na construção da identidade dos netos com vista ao fortalecimento dos valores essenciais para uma autonomia e cidadania competentes.

Os avós do século XXI vivem mais e melhor; podem (e devem) desempenhar um papel ativo na sociedade, descobrindo novos interesses e encetando

novas *carreiras*. Idosos das terceira e quarta idades podem vir a exercer o papel de avós durante mais tempo e com mais qualidade de vida, mas nem todos estarão dispostos a coajudar no desenvolvimento dos netos nem terão a disponibilidade e a capacidade para o fazer uma vez que, na quarta idade, ao receber cuidados em instituições fora da família, podem mesmo vir a perder o contacto com ela, inviabilizando qualquer tipo de relação. Assim, o envelhecimento demográfico surge como um dos grandes desafios que a sociedade portuguesa (e o mundo em geral) enfrenta e para o qual tem de encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos.

Referências Bibliográficas

Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.

Baltes, M.; Silverberg, S. (1995). A dinâmica dependência-autonomia no curso de vida. In: Neri, A. L. (org.). *Psicologia do envelhecimento*. São Paulo: Papirus.

Brito, F.; Ramos, L. (2000). Serviços de atenção à saúde do idoso. In: Netto, M. P. *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu.

Carrilho, M. J.; Patrício, L. (2004). A situação demográfica recente em Portugal. *Revista de estudos demográficos*, 36, 127-151. Lisboa: INE.

Clarke, L., Roberts, C. (2004). The meaning of grandparenthood and its contribution to the quality of life of older people. In: Walker, A.; Hennessy C. H. (ed.). *Growing older – quality of life in old age*. NY: Open University Press.

Delors, J. et al. (1996) *Learning: the treasure within*. Report to Unesco of the International Commission on Education for the Twenty-first Century. Paris: Unesco / *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Paris: Unesco. Rio Tinto: Asa, 1996.

Harper, S. (2006). Papéis dos avós nas famílias multigeracionais dos nossos dias. In: *Povos e culturas*, n.º 10. Os avós como educadores. Lisboa: CEPCEP.

INE (2002). O envelhecimento em Portugal: situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas. *Revista de estudos demográficos*, 32, 185-208. Lisboa: INE.

Kivnick, H. (1982). Grandparenthood: an overview of meaning and mental health. *Gerontologist*, 22: 59-66.

Kornhaber, A. (1996). *Contemporary grandparenthood*. New York: Sage Publ.

Leite, S. (2003). Famílias em Portugal: breve caracterização sócio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001. *Revista de estudos demográficos*, 33, 23-38. Lisboa: INE.

Neugarten, B.; Weinstein, K. (1968). The changing american grandparent. In: Neugarten, B. (ed.). *Middle age and aging*. London: University of Chicago Press.

Oliveira, L. (2007). *Contextos do serviço de apoio domiciliário: a dinâmica entre necessidades e serviços*. Dissertação de mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Pires, M. F. (2010). *Presença e papel dos avós: estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Queirós, I. (2005). *Natureza e qualidade da relação avós-netos e seu contributo para a auto-avaliação global dos netos: um estudo exploratório*. Tese de mestrado. Porto. FPCE da Universidade do Porto.

Royo, M. T. (2000) Sociedad y vejez: la familia y el trabajo. In: Fernández-Ballesteros, R. (dir.). *Gerontología social*. Madrid: Pirámide.

Sousa, L. (2006). Avós e netos: uma relação afetiva, uma relação de afetos. In: *Povos e culturas*, n.º 10. Os avós como educadores. Lisboa: CEPCEP.

Sousa, L.; Figueiredo, D. (2003). (In)dependência na população idosa: um estudo exploratório na população portuguesa. *Psicológica*, 33, 109-122.

Sousa, L.; Figueiredo, D.; Cerqueira, M. (2006). *Envelhecer em família*. Porto: Âmbar.

Squire, A. (2005). *Saúde e bem-estar para pessoas idosas*. Loures: Lusociência.

UNESCO (1978). *A escola e a educação moral face aos imperativos do mundo contemporâneo*. Relatório final da reunião de peritos da Unesco em Sófia, 24/29 de abril. Paris: UNESCO/ED-78/CONF. 631/4. Meireles-Coelho, Carlos (2010). *Educação na era da globalização: um roteiro cronológico (1945-2010)*. Aveiro: Universidade de Aveiro,

Wintlev-Jensen, P. (2009). Panorâmica da estratégia da comissão europeia em matéria de novas tecnologias e serviços para envelhecer bem. In: *O tempo da vida: Fórum Gulbenkian de saúde sobre o envelhecimento 2008/2009*. Cascais: Príncipia.